

Política

MANDATO

Orestes Quércia, Newton Cardoso e Moreira Franco reuniram-se em Minas este fim de semana. Para articular a reunião dos governadores do PMDB do dia 28?

Uma reunião pouco secreta

Sigilosa, mas nem tanto, foi a reunião dos governadores de São Paulo, Orestes Quércia; Minas Gerais, Newton Cardoso e Rio de Janeiro, Moreira Franco, realizada este fim de semana na fazenda de Cardoso, em Pitangui, a 130 quilômetros de Belo Horizonte. A iniciativa foi do governador mineiro, que convidou seus colegas do Rio e de São Paulo para entre outras coisas, articular a "grande reunião de governadores do PMDB", prevista para o dia 28 de janeiro, em Belo Horizonte.

Alvaro Dias, governador do Paraná, criticou essa reunião e disse que não sabe se vai ao encontro do dia 28:

— Essas reuniões não acrescentam nada, não produzem nada e geram falsas expectativas. Ainda não fui convidado para a reunião do dia 28 em Belo Horizonte, mas se for para discutir a duração do mandato, já aviso que não vou. O objetivo é um produto que anda em falta nas prateleiras da política. Nem Maquiavel, nem Golbery, teriam estratégias milagrosas para acrescentar dados novos à discussão do mandato.

Alvaro Dias — declaradamente a favor dos cinco anos para Sarney — não acredita que tenha o poder de influenciar constituintes. "Os constituintes não devem ser subestimados. Não podem ser objeto de manobras permanentes e precisam, ser respeitados. Reuniões, só depois que a Constituinte encerrar seus trabalhos."

O governador Orestes Quércia, que ontem descansava em sua chá-



Quercia não vai influir. Cardoso é pelos cinco.

cara próxima a Campinas, depois da reunião na fazenda de Newton Cardoso, afirmou ontem que respeitará "a decisão do PMDB sobre a questão do mandato de Sarney, sem tomar qualquer posição que possa influenciar os parlamentares. O objetivo maior, agora, é a unidade do partido."

Temas da reunião

Segundo Quercia, durante o encontro foram discutidos assuntos diversos, como problemas sociais, políticos e econômicos, sem a preocupação de traçar estratégias. Os três governadores falaram também sobre sistemas de governo e os presidencialistas, quando o nome do deputado Ulysses Guimarães foi citado como o único presidencialista deste ano ou em 1989. Questionado sobre a idade de Ulysses e seus problemas de saúde, Quercia respondeu que isso não pode ser um entrave: "Há muitos líderes que passaram pela história, com idade avançada, deixando sua contribuição."

Quercia defende o sistema presidencialista, por considerá-lo

mais de acordo com as tradições da história política do País. Segundo o governador paulista, na reunião desse fim de semana, Newton Cardoso declarou-se favorável ao mandato de cinco anos para o presidente Sarney, assim como Moreira Franco. "O governador do Rio ressaltou, entretanto, que não pretende influenciar os deputados na Constituinte, com suas idéias."

Sobre as questões econômicas, Quercia vê com certa preocupação um possível acordo entre Brasil e FMI, mas disse estar mais otimista depois da conversa mantida com o ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, na semana passada. "Ele garantiu que o acordo não irá depender de um modelo de economia recessiva."

Dia 28

Sobre a reunião dos governadores em Minas, no dia 28, Quercia acredita que será um grande encontro político, aproveitando uma reunião da Sudene, em Belo Horizonte. Para Newton Cardoso, a reunião "será o foro legítimo para discutir a duração do mandato de Sarney e a unidade do PMDB. O governador mineiro é defensor intransigente dos cinco anos para Sarney."

Em Brasília, o deputado Ulysses Guimarães falou sobre a pesquisa publicada pelo "Jornal do Brasil", que em votação secreta conseguiu demonstrar que a maioria dos constituintes querem quatro anos para Sarney. "A votação é a descoberto e todos têm de assumir sua responsabilidade perante a Nação, com seu voto."

O acordo de Ulysses, por uma Constituição mais rápida.

O presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, anunciou ontem que tentará um acordo de lideranças, a partir desta semana, para acertar as matérias a serem votadas em bloco, de forma a agilizar o máximo possível os trabalhos de votação da nova Carta. A declaração de Ulysses Guimarães foi dada após almoço de trabalho em sua residência oficial, ao qual compareceram o presidente e o relator da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos e Bernardo Cabral, respectivamente, além dos relatores adjuntos, entre outros parlamentares.

Um novo encontro entre Ulysses e Bernardo Cabral foi marcado para o próximo sábado, quando todas as emendas já terão sido apreciadas, para que se estabeleça a possibilidade regimental de abreviar os trabalhos. "Estamos animados", disse Ulysses acrescentando que "há caminhos curtos para chegarmos à promulgação da Constituição". O acerto final sobre essa forma de votação, segundo ele, só será possível quando se souber quais serão os destaques e o voto do relator para as 2.045 emendas. O deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ) preferiu arriscar um prazo: dentro de 60 ou no máximo 90 dias a nova Constituição estará pronta.

Ulysses Guimarães destacou que "o acordo é indispensável para que, ao chegarmos ao plenário, já tenhamos uma parte pelo menos das matérias que vão ser votadas decididas ou pelo menos combinadas nos entendimentos prévios". Ele não acredita que haverá dificuldades para se chegar a esse acordo: "Se foi possível um acordo na Comissão de Sistematização, se-



Cabral, Ulysses, Arinos: agilidade.

rá possível no plenário".

O relator adjunto Adolfo de Oliveira, ao falar sobre a apreciação das sugestões ao projeto de Constituição, revelou que "a relatoria dará parecer favorável às emendas que tenham assinatura da maioria dos constituintes e preferência de votação àquelas que tiverem o maior número de assinaturas. Disse ainda que as emendas individuais que são de interesse público também terão parecer favorável."

Para ele, os pontos polêmicos do projeto são: estabilidade, imprescritibilidade da queixa, reforma agrária e seguridade social. Adolfo de Oliveira lembrou ainda que as emendas que receberem parecer contrário do relator não serão abandonadas. Elas poderão ser destacadas com o pedido de um único constituinte.

Centrão

Os pontos polêmicos acusados por Adolfo de Oliveira também foram alvo das emendas do Centrão, que alteram a redação do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização. O grupo mantém, por exemplo, a inafiançabilidade e a proibição de concessão de graça ou anistia para crimes de tortura, mas retira sua imprescritibilidade. E inclui o tráfico de drogas, os crimes hediondos e o terrorismo nessa categoria.

O Centrão também assegura o direito de propriedade, sem a subordinação do seu exercício ao bem-estar social. Garante ainda o direito de reunião, intervindo a autoridade não apenas quando a reunião possa prejudicar o fluxo normal de pessoas ou veículos, como diz o projeto, mas também para garantir direitos individuais ou coletivos.

Além de estabelecer a "estabilidade" no emprego, garantida por meio de indenização quando a despedida ocorrer sem justa causa, a proposta do Centrão faz várias outras alterações na área trabalhista. O piso salarial — que pelo projeto seria "proporcional à extensão e à complexidade do trabalho" — seria simplesmente acertado em convenções ou acordos coletivos. A greve, que é um direito no projeto da Sistematização, tem de ser regulada em lei e com restrições nas atividades essenciais. Aos servidores públicos, fica vedada.

A proposta do Centrão elimina o direito de voto dado pelo projeto aos maiores de 16 anos e não fixa o prazo mínimo de seis meses de residência na circunscrição eleitoral para se disputar eleição. Para a criação de novos Estados, dispensa a participação das Assembleias Legislativas. Basta apenas a aprovação das populações diretamente interessadas e a aprovação pelo Congresso Nacional. O Centrão também diz que são bens da União não só os recursos naturais da plataforma continental, como diz o projeto, mas também os da zona econômica exclusiva. Mas exclui do monopólio da União a distribuição de derivados de petróleo — um dos pontos mais controvertidos do projeto.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e os sub-relatores José Fogaça (PMDB-RS), Adolfo de Oliveira (PL-RJ) e Konder Reis (PDS-SC), ficaram sábado e domingo praticamente em reunião permanente para a análise das emendas e a adoção de critérios tanto para a triagem preliminar quanto para a aceitação ou o não recebimento.

Ontem, por ocasião do almoço na residência do presidente, conversamos por telefone com o deputado Ulysses Guimarães a propósito das decisões que estavam sendo tomadas. Ele nos explicou que o almoço era uma espécie de intervalo, pois o exame das emendas, dentro de critérios que já estavam adotados, iria continuar até o fim do dia. Mais da metade das 2.045 propostas já havia sido examinada.

O relator Bernardo Cabral, que ficou como relator do projeto final em plenário da Constituinte, está ordenando o último texto com as novas emendas. Criou-se, todavia, uma situação curiosa, pois um dos critérios é o de que as emendas que obtiverem um mínimo de 280 assinaturas estariam automaticamente incluídas no texto final para o início de votação no próximo dia 27. Ocorre, porém, que alguns temas que têm definições conflitantes obtiveram nas respectivas propostas mais de 280 assinaturas. É que senadores e deputados assinaram as duas emendas sob a alegação de que é praxe assinatura "para apoio", ou seja, para permitir o seu exame, embora sem a concordância com o conteúdo da mesma. Em projetos de lei ordinária essa posição é compreensível, mas ao tratar-se de texto constitucional, é, no mínimo, uma irresponsabilidade de quem, tendo uma posição doutrinária ou ideológica definida, assina duas sugestões constitucionais colidentes.

Cabral, à maneira do homônimo da descoberta, que chegou às praias brasileiras pelas calmarias e



Freitas Nobre
Um ajuste no texto final

não pelas ventanias, resolveu aceitar às emendas contraditórias, de tal forma que seu projeto relativamente ao sistema de governo é, no mínimo, curioso. Ele se define pelo parlamentarismo, com o qual vai votar, mas admitiu as duas emendas colidentes — a do deputado Egdio Ferreira Lima, com 345 assinaturas, e a proposta presidencialista do senador Humberto Lucena, com 349 subscritores.

Isso quer dizer que o parlamentarismo e o presidencialismo vão ser decididos no voto do plenário, com a apresentação concomitante das duas emendas que contêm, comprovadamente, assinaturas repetidas.

Entre os subscritores da emenda presidencialista do senador Humberto Lucena vários declararam que a assinaram a pedido do presidente do Congresso, apenas para viabilizar sua preferência regimental ao lado da emenda parlamentarista, ou seja, com o mero sentido "de apoio". Um desses subscritores esclareceu-nos que jamais votaria a emenda Lucena, pois é também autor de uma proposta que adota o parlamentarismo. E mais: que seria desleal não subscrevê-la, ressaltando a condição em que o fazia. Acontece, porém, que até há pouco tempo quem assinava apenas "para apoio" acrescentava à sua assinatura a respectiva observação, mas nem isso ocorre mais, pois a

Mesa adotou um critério segundo o qual "assinou, vale", mesmo que acrescente a ressalva. Por isso, o relator Bernardo Cabral vai tirar a dúvida no voto, quando não poderão ocorrer 694 votos, que é a soma das duas emendas.

Os cálculos que fizemos nos vários contatos mantidos diretamente em Brasília ou através do telefone sábado e domingo últimos nos levam à conclusão de que vão passar os cinco anos de mandato com a adoção do parlamentarismo, porém com fortes tintas presidencialistas, permitindo não apenas a dissolução da Câmara dos Deputados pelo presidente da República como, também, a destituição do Gabinete, ou seja, do Ministério.

Das 2.045 emendas, 11 que se apresentaram sem as 280 assinaturas e que pretendiam substituir títulos inteiros do projeto foram de pronto rejeitadas pelo presidente da Constituinte. Entre elas estão nove encabeçadas pelo "grupo dos 32" do senador José Richa e uma de autoria do senador Marco Maciel, presidente do PFL, a qual pleiteava a chamada "equipotência dos poderes". Como a preocupação maior dos responsáveis por essas emendas era a sua publicação, o presidente Ulysses Guimarães negou-se a recebê-las, mas atendeu, em parte, o interesse de seus autores com a publicidade e determinou que elas fossem publicadas no Diário Oficial, mesmo não as tendo encaminhado ao relator.

Algumas emendas coletivas chegaram a acusar duas ou três dezenas de assinaturas repetidas e quando canceladas as repetições, se atingidos os 280 constituintes como subscritores, elas tiveram, segundo o critério adotado, a tramitação preferencial para a reforma do Regimento permitiu.

Quanto às emendas pessoais, com raríssimas exceções somente poderão ser úteis quando o relator, com dificuldades de redação recorrer a elas para o aperfeiçoamento do texto.